



em movimento

Educação ao longo da vida

PROCEDIMENTOS
METODOLÓGICOS

VOLUME II



em movimento

Educação ao longo da vida

PROCEDIMENTOS
METODOLÓGICOS

VOLUME II

Bahia. Secretaria da Educação do Estado da.
EJA em movimento: procedimentos metodológicos / Secretaria
da Educação do Estado da Bahia. – Salvador, SEC, 2024.
47p.: (Concepção Teórico – Metodológica; v. 2)

Inclui Anexo

ISBN: 978-65-5455-226-4

1.Educação – Jovens – Adultos. 2. Ações Pedagógicas.
3.Práticas Pedagógicas. 4.Educação especial. I. Bahia. II.
Secretaria da Educação. III. Título. IV. Série.

CDD: 370

Governador do Estado da Bahia
Jerônimo Rodrigues

Secretária da Educação do Estado da Bahia
Rowenna dos Santos Brito

Superintendente de Políticas para a Educação Básica
Helaine Pereira de Souza

Diretoria Estratégica de Gestão e Planejamento da
Aprendizagem
Astor Vieira Júnior

Coordenação de Educação de Jovens e Adultos

Alexandro Borges Batista

Aline Carvalho Reis

Ana Paula Santos Lima

Bianca Halas

Carla Maria Ferreira Nogueira

Isa Maria Fonseca Castro

Marycarla Mota dos Santos

Rafael Campos de Jesus

Rose Motta da Silva Gomes

Veronica do Espírito S. Sousa

Conteúdo e texto

Alexandro Borges Batista

Carla Maria Ferreira Nogueira

Capa

Elane Pereira

Concepção e design

Alexandro Borges Batista

João Lino Nascimento Neto

Fotografias

Arquivo Coletivo EJA

Diretoria de Educação dos

Povos e Comunidades

Tradicionais

Diagramação

Carol de Jesus Brasil dos Santos

Nadjane Nascimento de Moraes

DIEX/CEPPA

Sumário

Apresentação	5
Ações Pedagógicas para a EJA	7
Estrutura Curricular: interdisciplinaridade possível	9
Repensando as Práticas Pedagógicas	11
Intencionalidade no Currículo da EJA: Identidades, Territorialidade e Pertencimentos	17
Aprendizagens Desejadas	20
Reprovando a Reprovação na EJA: Desafios e Perspectivas	21
Proposta para o Planejamento	24
Plano de Curso	27
Atividade Complementar	28
Acompanhamento do Percorso de Aprendizagem: Um olhar holístico sobre o processo pedagógico	29
Conselho de Classe	32
Referências	33
Anexos	



Colégio Estadual do Campo Filinto Justiniano Bastos - NTE 03

Apresentação

O propósito deste caderno é refletir sobre as práticas que permeiam o percurso de aprendizagem dos(as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a construção de estratégias pedagógicas que potencializam esse processo. Busca-se promover uma ação dialógica que contribua para a dinamização dos espaços, tempos e metodologias da EJA no exercício docente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser entendida como um processo integral de formação humana, inserida no contexto escolar, porém sensível às diversas realidades de vida e de trabalho das pessoas jovens, adultas e idosas, que são as principais responsáveis pela existência dessa modalidade educacional. Deste modo, é fundamental repensar as práticas pedagógicas para atender às especificidades do processo formativo, sendo o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos aspectos que merecem reflexão, análise e compreensão dos princípios que a regem.



A EJA é revolucionária por ser uma modalidade de direito, mas também afirmativa, por possibilitar a inserção dos diversos sujeitos na educação básica por meio do reconhecimento dos seus saberes e vivências, além dos atendimentos nas unidades escolares, alcançando, entre outros espaços, as unidades prisionais. Nesse sentido, ao adotar os pressupostos teórico-metodológicos que embasam o currículo da Educação de Jovens e Adultos, neste segundo caderno temático destacam-se os processos de planejamento e acompanhamento do percurso de aprendizagem enquanto avaliação, que a distingue das demais ofertas de ensino.

Espera-se que essas orientações enriqueçam o trabalho docente, fortaleçam as práticas pedagógicas e promovam um acompanhamento mais inclusivo, participativo e democrático do percurso de aprendizagem.

Coletivo EJA



Ações Pedagógicas para a EJA



Atuar como professor(a) ou coordenador(a) na educação de jovens e adultos (EJA) é um desafio que demanda uma abordagem pedagógica sensível e diferenciada. Isso implica adotar uma metodologia distinta da aplicada no ensino convencional do fundamental e/ou médio, dadas as características específicas do público convencional da EJA, cujos estudantes estão inseridos no mundo do trabalho, no qual a qualificação e a conclusão dos estudos representam oportunidades para construir novas trajetórias, por meio dessa modalidade educacional.

Compreender que o processo de ensino visa à mediação de conhecimento e também prepara os estudantes para os desafios do mundo profissional transforma essa modalidade em um direito afirmativo de política pública que alcança os sujeitos, especialmente aqueles que não tiveram acesso à educação durante o período convencional. A partir desse cenário desafiador, o(a) educador(a) da EJA desempenha um papel imprescindível ao utilizar metodologias que promovam uma aprendizagem significativa, baseada nos saberes trazidos pelos estudantes, integrando-as ao currículo e dialogando com as singularidades existentes em cada Território de Identidade.

Nesse sentido, o reconhecimento e a valorização do amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA – seus saberes, culturas, valores, memórias e identidades – são essenciais para promover uma vinculação significativa com o conhecimento formal nas diferentes áreas, servindo como base para um planejamento pedagógico mais contextualizado.



A EJA, enquanto instrumento de inclusão social e educacional, não apenas possibilita a conclusão dos estudos, mas também o desenvolvimento de habilidades essenciais para o exercício da cidadania e o aprimoramento profissional.

Atuar nesse contexto exige do(a) professor(a) escolhas pedagógicas que atendam às reais necessidades dos jovens, adultos e idosos e se organizem em torno das perspectivas contemporâneas da educação popular, educação antirracista, em consonância com as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, e de qualificação profissional.

Estrutura Curricular



interdisciplinaridade possível

A estrutura curricular da EJA é cuidadosamente planejada para que se tenha uma intencionalidade pedagógica, cujo processo deve estar imbricado com os saberes presentes nas experiências sociais e trajetórias de vida dos(as) estudantes. A recente reformulação curricular da Educação de Jovens e Adultos, delineada pelas Portarias nºs 44/2022, 150/2022 e 995/2022, demanda, primordialmente, uma abordagem interdisciplinar do currículo.

É essencial concentrar esforços na sua implementação e reavaliar, de forma inequívoca, as ações pedagógicas sob a perspectiva das diferentes áreas do conhecimento. Isso implica uma integração cada vez mais profunda dos processos de ensino e aprendizagem, de forma contextualizada, participativa, solidária e coletiva. A organização curricular da EJA, tendo em vista a concepção de currículo que possibilite aprendizagens significativas e planejamento pedagógico, considera as etapas de aprendizagem do percurso escolar e ofertas educacionais, constituindo-se em:

- Sete etapas, correspondendo ao ensino fundamental e médio;
- Ofertas Educacionais: Tempo Formativo I e II, atendendo estudantes a partir de 18 anos; Tempo Juvenil, que atende adolescentes a partir de 15 anos, com exceção da socioeducação, cujo atendimento é a partir de 12 anos, e Tempo de Aprender, que se diferencia dos outros tempos por ser semestral.

Para a realização na prática cotidiana ao que chamamos de interdisciplinaridade possível, adotam-se os eixos temáticos, que fazem parte do currículo em articulação entre o conhecimento formal, trabalhado nas áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, com o conhecimento não formal, resultante das experiências de vida. São sete eixos temáticos:

1. Identidades, Cultura e Relações Étnico-Raciais;
2. Trabalho, Ciência e Tecnologia;
3. Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
4. Direitos Humanos e Cidadania;
5. Territorialidade e Movimentos Sociais;
6. Economia Solidária, Educação Financeira e Gestão Participativa;
7. Interculturalidade, Memória e Patrimônio.





Professores(as) da EJA do NTE 02

Os eixos temáticos dialogam com as experiências sociais dos(as) estudantes, a partir de suas trajetórias de vida, que são atravessadas por marcadores de gênero, cor/raça, classe social, geração e sua condição de trabalho, envolvendo todas as etapas de aprendizagem, conforme as matrizes curriculares da EJA. Os eixos temáticos têm por características próprias abrangência conceitual e de compreensão de mundo, originárias das práticas sociais, que, a depender do território, com seus arranjos culturais e econômicos, se realizam no currículo e criam situações específicas, mais próximas à realidade do(a) estudante por meio dos temas geradores.

Os temas geradores devem ser construídos pela perspectiva freireana, que surgem da realidade e funcionam como catalisadores para reflexões e planejamento, requerendo uma abordagem política, crítica, dialética e dinâmica, que seja problematizada em constante conexão atualizada com o mundo. Ao serem acolhidos, ouvidos e seus saberes trazidos para o currículo, os(as) estudantes são, efetivamente, valorizados(as) no processo pedagógico e as práticas docentes, organizadas em torno da aprendizagem contextualizada, interdisciplinar e socialmente referenciada.



Repensando as Práticas Pedagógicas

Dizem que mais difícil do que adquirir novos conhecimentos é conseguir desprender-se dos velhos. Abandonar uma ideia supõe renunciar a uma parte de nosso pensamento - daquele que consideramos verdade durante muito tempo - e deixar-se fascinar pelo insólito. É nesta capacidade de fascinação que reside o gérmen do progresso.

(Moreno et al. 1999)

A epígrafe que inaugura este texto antecipa a abordagem que será adotada no decorrer deste caderno, instigando uma reflexão no modo de repensar lugares e tempos escolares. É preciso transitar por caminhos desconhecidos, não percorridos, e se atirar no insólito de nossos processos pedagógicos para produzir novos olhares, percepções, posturas e encantamentos diante da arte da mediação do conhecimento. Desbravando novos caminhos que desafiem os paradigmas convencionais da pedagogia é que construímos novas possibilidades de lidar com metodologias experimentadas na pesquisa do cotidiano da sala de aula.

Diante disso, os princípios teórico-metodológicos que orientam a prática pedagógica desta modalidade devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão dos jovens, adultos e idosos nos sistemas de educação. Isso implica uma ação coletiva, fundamentada no diálogo estabelecido com os seus participantes - estudantes e docentes - com o propósito de promover a democratização e efetividade da Educação de Jovens e Adultos.

Ao abordar as diretrizes teórico-metodológicas da EJA, é imprescindível enfatizar o diálogo, a problematização, a interdisciplinaridade, a flexibilidade e a contextualização inseridas em uma abordagem que conceba o currículo como um processo circular, e não linear. Embora esses elementos sejam discutidos separadamente, eles estão intrinsecamente interligados em conceitos e práticas que se entrelaçam na realidade pedagógica.

Para Paulo Freire, a educação é muito mais do que a simples transferência de conhecimento, é uma experiência de comunicação e diálogo entre os sujeitos envolvidos, mediada pelo mundo que os cerca.

Ele enfatiza que o diálogo é essencial no processo educacional, pois é através dele que os sujeitos buscam atribuir significados aos saberes (FREIRE, 1997). O processo de ensino e aprendizagem transcende os limites da sala de aula. Além do domínio dos métodos didáticos e metodológicos, é fundamental considerar a dimensão humana e sua inserção na história concreta.

Antes de qualquer domínio técnico, é necessário compreender a intenção educativa subjacente, ou seja, a visão educadora em relação ao mundo e sua concepção de sociedade e formação adequada para intervir enquanto ser social-político.


O conhecimento não deve ser restrito aos conteúdos isolados da realidade, delineados pelo currículo. Ele também engloba a capacidade de questionar essa realidade, transcender a visão simplista do todo - o que Paulo Freire denomina de consciência ingênua - e buscar uma compreensão crítica mais profunda.

Nessa perspectiva, recomenda-se uma abordagem de aprendizagem centrada na resolução de problemas, utilização de múltiplas estratégias metodológicas para a construção de conhecimentos diversos, na valorização da aprendizagem significativa a partir dos conhecimentos prévios dos(as) estudantes e no estímulo à aprendizagem entre os pares. Mais do que apenas um conhecimento fragmentado, é essencial que a mediação pedagógica promova a integração e a interação entre os diferentes componentes curriculares, estabelecendo um diálogo entre eles e as diversas áreas do conhecimento.

A compreensão crítica na educação para jovens, adultos e idosos se desenvolve por meio do confronto com a realidade e da interação entre o texto e o contexto, exigindo sua codificação e decodificação.



Colégio Estadual Vitória Lima - Distrito Barra do Choça - NTE 20



Nas palavras de Freire, que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, ressalta a importância dessa interação com o mundo, permitindo uma ação à medida que os sujeitos se engajam em um processo contínuo de conscientização (FREIRE, 2002). Para isto, estratégias e ferramentas metodológicas devem ser utilizadas para mobilizar as melhores práticas que reconheçam no estudante suas vivências, construções sociais e aprendizados, objetivando estabelecer relação de contextualização e construção com o conhecimento socialmente produzido. Afastando-se daquelas que consistem no ensino centrado na relação verticalizada de exposição de conhecimento, da figura docente como detentora exclusiva do saber e na cobrança avaliativa. Partindo-se de uma compreensão mais ampliada, a prática pedagógica se realiza no âmbito escolar, mas não se restringe à sala de aula. Envolve a ação dos sujeitos inseridos na instituição, na relação professor(a), estudante, gestor(a) e as ações dentro da escola como um todo (SOUZA, 2012). A interação com os fenômenos políticos, sociais, históricos e culturais apontam o caráter interdisciplinar e ressignifica a disciplinaridade, possibilitando o trabalho com os eixos temáticos e temas geradores, oportunizando uma formação crítica e reflexiva, buscando desenvolvimento sustentável, estudo sobre o território, patrimônio, comunidade, relações de trabalho, entre outros temas.

Um dos desafios propostos ao docente enquanto mediador do conhecimento é lidar com uma formação acadêmica disciplinar, voltada para uma área específica, e ter que atuar na diversidade educacional que se apresenta no contemporâneo. Na tentativa de contribuir com construções possíveis para a efetivação de uma prática educativa em um espaço que agrega conhecimentos diversos e apresenta possibilidades variadas para o ato de aprender, enfatizando as vivências e os saberes dos sujeitos em processo de interação, recomenda-se a adoção de perspectivas teórico-metodológicas que promovam mediações dialogadas, aprendizagens significativas, contextualizadas e socialmente emancipadoras na EJA.

Podemos ter como um exemplo a Pedagogia de Projeto, a qual se apresenta como um instrumento viável e exequível num contexto de múltiplas realidades presentes no ambiente escolar.

O trabalho por projetos requer MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, na postura do professor. Hernández (1988, p. 49) enfatiza que o trabalho por projeto “não deve ser visto como uma opção puramente metodológica, mas como uma maneira de repensar a função da escola”. Essa compreensão é fundamental, porque aqueles que buscam apenas conhecer os procedimentos, os métodos para desenvolver projetos, acabam se frustrando, pois não existe um modelo ideal pronto e acabado que dê conta da complexidade que envolve a realidade de sala de aula, do contexto escolar (PRADO, 2009, p. 5).

Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro - NTE 26



Colégio Estadual Luis Viana - NTE 26

Na prática docente não existe um modelo ideal, pronto e acabado, deve-se assumir uma postura sensível de escuta, pesquisa e diálogo para que o trabalho a ser construído obtenha o êxito planejado. Assumindo essa perspectiva, o professor(a) abandona o papel histórico de ensinar através da transmissão de informações, conceitos e esquemas e assume o papel de articulador de ideias, criador de espaços multidisciplinares, de produção de levantamento de hipóteses, dúvidas, de criação de relações com a leitura de mundo, de pesquisa que incentivam novas buscas e que sejam capazes de contribuir para a promoção da autonomia e protagonismo do estudante. Sobre a mediação docente no desenvolvimento desse processo, Prado (2009) recorre ao argumento do autor Valente (2000).

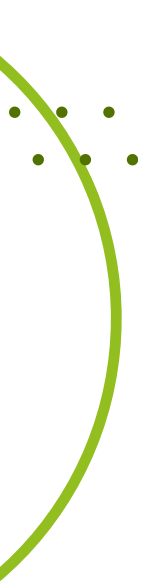
(...) no desenvolvimento do projeto o professor pode trabalhar com [os alunos] diferentes tipos de conhecimentos que estão imbricados e representados em termos de três construções: procedimentos e estratégias de resolução de problemas, conceitos disciplinares e estratégias e conceitos sobre aprender (VALENTE, 2000, p. 4 apud PRADO, 2009).

Neste contexto, o potencial reflexivo tende a ser ampliado, uma vez que a pedagogia de projeto transcende as fronteiras cartesianas do campo curricular, criando uma atmosfera propícia ao conhecimento, à experiência, à reflexão e ao saber. Por muito tempo, a pedagogia tradicional prevaleceu no ensino brasileiro, caracterizado por "verdades" impostas, sem espaço para a troca de saberes, o estímulo a questionamentos, a pesquisa e inquietações. Esse tipo de concepção não cabe mais à escola, inaugurou-se uma nova época, que se realiza a partir do diálogo, das trocas interacionais e simbólicas que envolve o ato de ensinar e aprender, como afirma Helder Mourão.

A pedagogia tradicional é marcada por um ensino baseado em verdades impostas, os conteúdos repassados eram basicamente os valores sociais acumulados com o passar dos tempos com o intuito de prepará-los para a vida, e esses conteúdos são determinados pela sociedade e ordenados na legislação independente da experiência do aluno e das realidades sociais, fazendo com que a pedagogia tradicional seja vista como enciclopedista (MOURÃO, 2013, p. 53).

Pela organização de novo fluxo de transformações reais e simbólicas, a escola há algum tempo vem fazendo um exercício de repensar suas regras, suas dinâmicas e sua cultura escolar. Valores como solidariedade, cooperação, responsabilidade, sustentabilidade e respeito às diferenças culturais e étnicas precisam ser vividos na escola porque são fundamentais para o combate a toda e qualquer forma de discriminação social (SOUSA, 2004, p. 157).





Com o advento da pandemia da COVID-19, tornou-se ainda mais premente, dada a urgência do isolamento social, atuar com novos mecanismos e estratégias de mediação das aprendizagens, sendo desafiador assumir uma educação diferenciada no pós-pandemia, apesar das experimentações realizadas em pleno período pandêmico. É necessário um equilíbrio entre o que se pode fazer, mas também como fazer, garantindo as exigências legais, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 206, assegura, dentre outros princípios, a observância da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, além da adoção de novas tecnologias de ensino, de modo que a educação seja efetivada junto aos estudantes.

Com base no princípio da dialogicidade no processo de construção e reorientação do trabalho educativo é que construímos uma base para refletirmos sobre o acompanhamento do percurso formativo numa perspectiva própria da Educação de Jovens e Adultos que vai em outra vertente da cultura da reprovação, correção de fluxo e distorção idade-série.



Intencionalidade no Currículo da EJA

Identities, Territoriality and Pertinences

17

Ao adotar uma perspectiva da EJA que dialogue com o tempo, as condições de trabalho e vivências dos sujeitos, é que o currículo da rede estadual faz o exercício da interdisciplinaridade e propõe como fundamentos teórico-metodológicos os Eixos Temáticos, com seus Temas Geradores. Nesse desenho pedagógico, as etapas que delineiam a matriz curricular da modalidade devem estabelecer uma conexão sólida com os referidos eixos/temas.

A escolha deliberada de uma abordagem educacional fundamentada em Temas Geradores reflete uma orientação pedagógica que demanda a exposição do posicionamento adotado na construção do conhecimento, em colaboração com os estudantes, levando em conta sua realidade e os desafios que enfrentam. Em alinhamento com os princípios de Paulo Freire, o diálogo é fundamental na escolha e na proposição dos Temas Geradores. Esses temas têm o potencial de explorar uma variedade de questões relevantes ao contexto contemporâneo, estimulando análises e questionamentos sobre assuntos sociais, culturais, econômicos, políticos, de gênero, do campo, habitacionais, bem como questões desafiadoras relacionadas ao mundo em geral.

Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro - NTE 26





Nessa abordagem, os temas são tratados de forma intersubjetiva, com o objetivo de suscitar inquietações, reflexões e transformações em relação às concepções tradicionais de ciência, aos novos paradigmas de pesquisa e às práticas de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, a investigação dos Temas abre caminho para que os(as) estudantes explorem novas formas de diálogo entre os conhecimentos historicamente construídos com os saberes cotidianos, bem como as experiências acumuladas, utilizando o processo de construção individual e coletiva de conhecimento.

Na essencial "leitura de mundo", crucial para um olhar curioso e crítico para compreensão da realidade, cada eixo e cada tema deve ser analisado em suas múltiplas dimensões. Por meio da interpretação de imagens, gráficos, desenhos, audiovisuais e outros meios, tanto o(a) professor(a) quanto o(a) estudante podem estimular novas investigações, visando ampliar as perspectivas interpretativas da sociedade e do mundo.

É neste exercício interdisciplinar que buscamos fortalecer o currículo trazendo elementos que singularizam a experiência estudantil, atentando-se para os marcadores sociais que os caracterizam.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se objeto (FREIRE, 2002, p. 23).

Este é o espaço em que as vivências e as experiências presentes nos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia se transformam em um elemento agregador da aprendizagem. Ao possibilitar esse diálogo, abre-se uma oportunidade curricular intencional para potencializar os múltiplos saberes, habilidades e vivências que singularizam cada experiência social, potencializando a socialização de ideias, manifestações culturais e contribuindo para o desenvolvimento do vínculo de pertencimento dos(as) estudantes.

Assim, o currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem a intencionalidade de promover experiências diferenciadas a partir do diálogo entre os saberes compartilhados em sala de aula e as vivências que constroem os sujeitos em suas interações pessoais, profissionais e sociais. A atuação docente pode e deve criar intencionalidades em que a Identidade e o Território gerem sentidos de pertencimento, aflorando desse propósito educacional um currículo que transborde levantamentos dos arranjos locais, em elaborada associação com a amplitude dos saberes escolhidos.



Colégio Estadual de Tempo Integral Edison Joaquim dos Santos - NTE 03

Saberes Necessários



Na Organização Curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as Aprendizagens Desejadas desempenham um papel central ao orientar os processos formativos a serem direcionados aos(as) estudantes. Representam os conhecimentos, habilidades e atitudes que se almejam ao longo do percurso na educação básica.

Essas aprendizagens abrangem as dimensões dos processos cognitivos e socioformativos, e são delineadas sob a perspectiva das áreas do conhecimento. Esse enfoque visa promover o pleno desenvolvimento humano dos(as) estudantes, desde a alfabetização até o ensino médio, abarcando as quatro áreas do conhecimento:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da Natureza e suas tecnologias.

O desenvolvimento de cada aprendizagem desejada será tratado no Caderno Temático III, abordando os saberes necessários dos componentes curriculares.

Reprovando a Reprovação na EJA: Desafios e perspectivas

O currículo da Educação de Jovens e Adultos deve atender às necessidades específicas dos(as) estudantes e promover uma abordagem inclusiva com adoção de metodologias de ensino flexíveis e adaptáveis. Deve levar em consideração o seu ritmo de aprendizagem, suas experiências de vida, contextos de trabalho e projetos pessoais, oferecendo suporte individualizado, quando necessário.

A Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino da Bahia adota uma orientação de acompanhamento de percurso em contraste com a abordagem convencional de avaliação somativa. Essa orientação está estruturada no entendimento da avaliação enquanto diagnóstico e não o resultado final em si mesma, em que o(a) estudante é sinalizador(a) da operacionalidade do processo, e não o único responsável pelo seu desempenho.

Assim, entende-se que a reprovação não é um instrumento válido como indicador de aprendizagem. A própria natureza curricular da EJA, estruturada em percurso, considera o tempo de maturação da aprendizagem, respeitando o pleno do exercício educacional, focado na prática docente e sua relação com a mediação do conhecimento e a aprendizagem ao longo da vida.



Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de que nenhuma escola deveria adotar a premissa da reprovação como um único instrumento de indicador da aprendizagem dos(as) estudantes. Essa prática traz muitas implicações tanto para o sistema de ensino quanto para a trajetória escolar, principalmente, para aqueles(as) que se encontram no processo de vulnerabilidade social. Ao refletir sobre a reprovação, Frederico Almeida argumenta sobre a crença em torno desse resultado de avaliação.

A crença na reprovação persiste entre muitos educadores. Há uma convicção que os alunos, ao repetirem o ano letivo, aprenderão os conteúdos que tiveram dificuldade. Eles acreditam que a simples ameaça de reprovação provoca mais dedicação e respeito às normas disciplinares dos estabelecimentos. Ou seja, a reprovação funciona como instrumento de coerção e obediência às regras escolares. Os professores também acreditam que a decisão de aprovar ou reprovar os estudantes valoriza o mérito e, por isso, é justa: há alunos que se esforçam mais que outros e que merecem o prêmio da aprovação, ao contrário dos alunos desinteressados ou rebeldes, que repetirão o ano como uma forma de correção (ALMEIDA, et al. apud. LUZ, 2008; RIANI, SILVA e SOARES, 2012, p. 23).

Colégio Estadual Nelson Mandela – NTE 26



Colégio Estadual de Tempo Integral Edilson Joaquim dos Santos – NTE 03



Colégio Estadual de Tempo Integral Justiniano de Castro Dourado – NTE 01



Percebe-se que a existência de uma ‘pedagogia da repetência’^[1] no processo escolar brasileiro, naturalizada pelo próprio sistema educacional, está imbricada também com um projeto de escola seletiva e excludente que traz nessa prática uma ação social. Os estudantes que são mais afetados pela reprovação têm cor, idade e situação social.

¹ Adotamos esse conceito pautando-nos nas reflexões do autor Sérgio Costa Ribeiro, 1991, que problematiza a naturalização da reprovação pelo sistema de ensino brasileiro.

O currículo da EJA é proposto para possibilitar maior autonomia ao sujeito, ancorado em pressupostos que englobam e tomam como referência o contexto de trabalho, projeto de vida, bem como o desenvolvimento integral e sua pluralidade, rompendo com essa lógica da reprovação. Portanto, concebe-se o processo avaliativo na EJA a partir de um acompanhamento do percurso de aprendizagem, de modo que os estudantes possam percorrer trajetórias não padronizadas, respeitando o ritmo próprio de cada um no processo de apropriação dos saberes, constituindo-se em um movimento importante que vai se consolidando ao longo da educação básica.

O instrumento metodológico de acompanhamento de percurso possibilita um tempo maior para que se adquiram as competências e habilidades necessárias para a maturação e conclusão das aprendizagens determinadas pelo segmento escolar, o que, de certa forma, leva em consideração as singularidades dos sujeitos. Nesse sentido, o papel docente é de mediação, entendendo o percurso da aprendizagem enquanto diagnóstico de delineamento da sua prática, criando oportunidades para o desenvolvimento de confiança, autonomia e elaborações críticas.

Assumindo tal perspectiva holística sobre o fazer pedagógico, temos a instauração de um novo paradigma de avaliação para a educação de jovens, adultos e idosos do qual o(a) professor(a) precisa rever seu planejamento escolar, repensar as metodologias, reavaliar suas atividades e promover um trabalho pedagógico em diálogo com o projeto político da escola, com as diretrizes regulamentares da EJA e seus marcadores sociais.

Desse modo, é um exercício para os(as) profissionais da educação envolvidos(as) direta ou indiretamente com a EJA construir uma avaliação mais qualificada e, conseqüentemente, em diálogo estreito com a concepção que estrutura a modalidade.

É essencial romper com o modelo de avaliação que simplesmente seleciona e classifica, tradicionalmente utilizado nas escolas seriadas. A avaliação deve ter caráter diagnóstico, demonstrando os avanços ou retrocessos no aprendizado dos alunos e apontando o trabalho pedagógico a ser realizado. Deve, ainda, ser constante, fazendo parte de todo o processo de ensino-aprendizagem, sem se limitar a datas estabelecidas em regimentos e calendários (ALMEIDA, F. et al apud. SOUZA e ALVARES, 2003; DALBEN, 2009).

É nessa busca que o currículo da EJA assume sua proposta progressista, alicerçada na educação popular, educação antirracista e com o mundo do trabalho. Sendo assim, seu currículo é organizado com base nas áreas do conhecimento, estruturado em eixos temáticos que, por sua vez, desdobram-se em temas geradores.

O objetivo é garantir a aquisição das aprendizagens específicas de cada componente curricular, de modo a assegurar os saberes necessários para o aprimoramento dos conhecimentos científicos em diálogo com a vivência dos(as) estudantes, suas histórias de vida e de trabalho. Nesse sentido, a interdisciplinaridade também se torna fundamental para o enriquecimento da prática docente, em interação e diálogo com o coletivo que atua na EJA.

Proposta para o Planejamento



Professores da Educação de Jovens e Adultos do NTE 25

O currículo da EJA é concebido para promover práticas educativas dialógicas e emancipatórias, que não só respeitem, mas também fortaleçam o percurso de aprendizagem dos(as) estudantes de modo a lograr êxito na conclusão da educação básica. Estes princípios fundamentais são essenciais para orientar a prática pedagógica, reconhecendo a importância de cada etapa no caminho do conhecimento.

Discorrer sobre planejamento é falar sobre prática pedagógica da escola. Independente da teoria pela qual optamos, planejar sempre foi uma prática inerente à educação. Docentes são planejadores(as) em sua essência e também pesquisadores(as) do cotidiano educacional. Quem planeja constrói direcionamentos do caminho que vai seguir, elabora as intenções pedagógicas a partir do lugar em que quer chegar, os objetivos, as metas, abordagens a serem trabalhadas, as estratégias de intervenção e o acompanhamento do percurso formativo.

O desafio do planejamento docente é propiciar um aprendizado em que o sujeito da EJA seja o elemento estruturante de suas ações, “respeitar o aluno adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da sua história de vida” (GADOTTI, 2014, p. 17). Nesse sentido, planeja-se para além de uma matriz curricular, do programa posto no livro didático, mas para a construção de um percurso de aprendizagem que seja capaz de alcançar e dar significado àqueles sujeitos que não tiveram oportunidade de concluir a educação básica no período convencional e que estão nas periferias das cidades ou no campo, em comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; itinerantes, refugiados



e migrantes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, de privação de liberdade e demais sujeitos que estejam ao alcance da modalidade.

Desse modo, considerando que a Educação de Jovens e Adultos deve levar em conta as especificidades dos tempos humanos e as diversas formas de organização de vida e de trabalho dos coletivos populares, faz-se necessário encontrarmos respostas sobre:

- Quais referenciais deverão orientar o acompanhamento da aprendizagem dos(as) estudantes?
- Como professores(as) e estudantes poderão (re)orientar o trabalho educativo?
- Quem são os(as) estudantes, quais saberes trazem, como aprendem, quais os seus desejos, expectativas e necessidades de aprendizagem?

Tendo em vista as respostas para essas questões, faz-se necessário estabelecer critérios prioritários para acompanhar o processo de aprendizagem e conduzir as ações e atividades pedagógicas aos elementos vinculados à proposta da Educação de Jovens e Adultos. Considerando essa perspectiva de planejamento, pautada na concepção da EJA, em que o sujeito é o currículo vivo, a estruturação de uma atividade ou conjunto de aulas deve sempre considerar a relação com as vivências particulares de cada contexto, não impedindo interrelações outras.

Esta concepção é uma premissa fundamental para o sentido que queremos atribuir aos procedimentos teórico-metodológicos da educação de jovens, adultos e idosos, no qual o planejamento é um alicerce precioso que precisa ser bem consolidado para que não ocorra a transposição direta de práticas realizadas no ensino fundamental ou médio, que possuem outras características, para quem atua em ambas as ofertas.

Sendo assim, é imprescindível que os múltiplos saberes constituídos nas experiências de suas histórias de vida sejam elementos que fundamentem o pensar e o fazer pedagógico na e para a EJA. Como parte integrante dos Eixos Temáticos, os Temas Geradores e sua interface com os componentes curriculares e a interdisciplinaridade representam um conjunto de conhecimentos que emergem do contexto em que os estudantes da EJA estão inseridos. Como exemplo, segue anexo proposta de planejamento interdisciplinar.



Plano de Curso

O plano de curso na EJA representa uma ferramenta fundamental, com uma intenção pedagógica bem definida, indispensável para orientar o trabalho docente nesse contexto específico. Este documento servirá como base e ajudará na sistematização dos saberes compartilhados.

Este instrumento não apenas delinea os objetivos gerais a serem alcançados ao longo do percurso formativo, mas também estabelece estratégias de ensino, recursos necessários, métodos de acompanhamento e formas de intervenção pedagógica, considerando as características e necessidades dos(as) estudantes jovens, adultos e idosos que estão em processo de aprendizagem.



Professores(as) da EJA do NTE 16

O plano de curso é um instrumento de trabalho que possui o objetivo de organizar as aprendizagens desejadas, os saberes necessários, as metodologias, os procedimentos e os indicadores de percurso. Para a Educação de Jovens e Adultos, o preenchimento do plano deve estar em consonância com a concepção da modalidade, objetivando, entre os procedimentos e metodologias, a interdisciplinaridade na correlação de saberes, entre o formal e o não formal. Por isso, é uma ferramenta utilizada para sistematizar as ações docentes e os conteúdos que serão mediados durante o percurso formativo.

Esse planejamento mais amplo é fundamental para subsidiar o plano de aula, que também é uma ferramenta, porém, ainda mais detalhada e específica, voltada para a organização das atividades a serem desenvolvidas diariamente, cujo instrumento o(a) professor(a) tem liberdade e autonomia para construir pedagogicamente, em conjunto com a coordenação da escola, docentes e gestão.

Tanto o plano de curso quanto o plano de aula são instrumentos essenciais para o planejamento e a realização eficiente das atividades educativas na EJA, proporcionando uma base sólida para o processo de ensino-aprendizagem e contribuindo para o alcance dos objetivos educacionais específicos desse público.

Atividade Complementar

A Atividade Complementar (AC) é uma conquista da docência que deve ser valorizada pelo seu aspecto de compartilhamento, estudo, planejamento e trocas. Assegurada pelo Estatuto do Magistério do Estado da Bahia (2002), a AC está descrita em dois artigos que a conceituam e estabelecem sua obrigatoriedade aos docentes em efetiva regência de classe.

Art. 56 Considera-se Atividade Complementar a carga horária destinada, pelos professores em efetiva regência de classe, com a participação coletiva dos docentes, por área de conhecimento, à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada Unidade Escolar.

Art. 57 É obrigatória a participação de todos os professores em efetiva regência nas Atividades Complementares, em dia e hora determinados pela direção da Unidade Escolar, sendo essas atividades supervisionadas pelo Coordenador Pedagógico, sem prejuízo da carga horária destinada à efetiva regência de classe (BAHIA, 2002, p. 16).

A Atividade Complementar deve ser realizada em dias especificados da semana, conforme Manual de Programação Escolar, considerando carga horária destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta de cada unidade escolar, com participação coletiva dos docentes, por área de conhecimento, sem prejuízo da carga horária destinada à efetiva regência de classe.

Com vistas a possibilitar uma melhor atuação pedagógica e o fortalecimento da formação continuada, recomenda-se a realização da AC por área do conhecimento.



Em relação ao trabalho a ser realizado para a educação de jovens e adultos, a AC deverá ser coletiva, a partir da compreensão conjunta dos Eixos Temáticos, para analisar, indicar e selecionar os temas geradores a serem discutidos, para provocar a problematização e, assim, possibilitar uma escuta da visão do(a) estudante sobre aquele tema e favorecer a interdisciplinaridade.


Acompanhamento do Percurso de Aprendizagem: um olhar holístico sobre o processo pedagógico

O Acompanhamento do Percurso de Aprendizagem na EJA se desenvolve no princípio da dialogicidade de saberes que possibilita a construção e reorientação do trabalho educativo. Sua concepção se contrapõe à “pedagogia da reprovação”, pois se constitui em instrumento do desenvolvimento formativo, com o objetivo de registrar a trajetória de aprendizagem e garantir a formação dos(as) estudantes jovens, adultos e idosos, considerando suas condições de vida e de trabalho.

Essa abordagem não é marcada pela seriação, pois é um meio de acompanhar a trajetória do desenvolvimento da aprendizagem, garantindo uma avaliação processual e contínua dos(as) estudantes, conforme a orientação curricular da modalidade. A formatação da EJA no estado da Bahia se organiza por etapa de ensino, possibilitando um itinerário de aprendizagem que deve ser considerado no objetivo do acompanhamento de percurso.

Nas etapas V (ensino fundamental) e VII (ensino médio), o acompanhamento ocorre considerando a finalização de um percurso, observando em igual o seu desenvolvimento. Caso não ocorra a construção satisfatória dos saberes necessários nessas duas etapas, o estudante poderá ter seu período estendido para que as referidas aprendizagens sejam consolidadas.

O acompanhamento é composto por indicadores de aprendizagem que estão alinhados aos objetivos das áreas de conhecimento, seus eixos temáticos, temas geradores e notórios saberes. Os aspectos cognitivos e socioformativos são elementos fundamentais a serem observados e incentivados no exercício da prática pedagógica, uma vez que abrangem participação, argumentação, produção, posicionamento e interpretação.



Sob a perspectiva da análise cognitiva, o processo envolve a disposição para a construção coletiva, a convivência com as diferenças, a responsabilidade, a escuta, o diálogo e o uso dos conhecimentos da vida cotidiana, todos esses componentes inseridos em sua dimensão socioformativa.

O instrumento desse acompanhamento é um espaço para lançamento do processo de aprendizagem do(a) estudante aos conhecimentos das áreas, que deve ser contínuo e preenchido de forma coletiva e colaborativa, especialmente durante os Conselhos de Classe, visando atender ao registro do trabalho pedagógico desenvolvido, o qual deve ser expresso em conceitos e não notas, seguindo o calendário escolar.

No ensino médio, esse acompanhamento tem início na etapa VI, seguindo as indicações das três unidades avaliativas, e conclui na etapa VII, com o resultado final da terminalidade do percurso de aprendizagem do(a) estudante.

O instrumento é composto por diferentes conceitos, representados por combinações que indicam o progresso do estudante ao longo das etapas. Além disso, há correspondência ao conceito final, indicando a conclusão ou necessidade de permanência na etapa VII. Para compreender melhor esse processo, é fundamental entender alguns conceitos.

Aprendizagem

É o propósito de todo o processo educacional. Na EJA, ocorre em correlação com os saberes adquiridos pela própria vivência dos estudantes, em diálogo permanente com os saberes institucionalizados e sua relação com o mundo do trabalho.

Acompanhamento

O acompanhamento é um procedimento constante e processual durante as unidades avaliativas. Com o objetivo de orientar a condução do percurso formativo, deve-se considerar o desenvolvimento apresentado pelos(as) estudantes a partir das habilidades adquiridas, considerando se o(a) estudante ainda não construiu a aprendizagem ou se ele(a) demonstra que ainda não atingiu a aprendizagem satisfatória, mas revela que está em processo de alcançá-la ou, ainda, se o(a) estudante construiu satisfatoriamente a aprendizagem.

Percurso

É a trajetória do(a) estudante na aquisição dos saberes necessários. É o tempo de duração de cada período na educação básica, cinco anos no ensino fundamental, abrangendo três anos para o fundamental I e dois anos para o fundamental II, e dois anos no ensino médio. Ambos os períodos possuem uma duração de percurso que impactam no processo de acompanhamento.

Vale lembrar que não há retenção entre as etapas do mesmo nível, salvo se o(a) estudante apresentar um grande número de faltas que correspondam a 25% ou mais.



Colégio Estadual do Campo Filinto Justiniano Bastos - NTE 03

Conselho de Classe



O Conselho de Classe é um espaço de discussão coletiva em que são apontadas as dificuldades e os avanços dos (as) estudantes, docentes na reorganização e condução do planejamento escolar. É o momento em que a equipe pedagógica e a gestão se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e de aprendizagem dos (as) estudantes.

Na EJA, o Conselho de Classe ganha outra interpretação da prática convencional, pois não há um olhar seletivo do rendimento. Constitui-se em diagnóstico, planejamento de metas para a continuidade dos estudos em percurso, que representa o itinerário formativo percorrido. Nesse sentido, o Conselho de Classe fortalece a melhoria do processo pedagógico da unidade escolar, além de construir um ambiente oportuno de trocas, socialização de experiências pedagógicas, análises, construções e reconstruções.

As discussões e tomadas de decisões no Conselho de Classe devem estar respaldadas em critérios qualitativos do percurso e avanços obtidos pelo(a) estudante na aprendizagem.



Referências

ALMEIDA, Frederico Alves e ALVES, Maria Teresa Gonzaga. A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2021, vol.26, e260007. Epub 22-Fev-2021. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782021260006> . Acesso em 01 de março de 2024.

BAHIA, **PORTARIA Nº 150/2022**. Dispõe sobre a reestruturação da Oferta de Ensino do Tempo Juvenil, na Educação Básica para Adolescentes e Jovens. Diário Oficial – República Federativa do Brasil – Estado da Bahia. Salvador, sábado, 29 de janeiro de 2022 – Ano CVI – nº 23.343

BAHIA, **PORTARIA Nº 44/2022**. Estabelece a reestruturação da Oferta de Ensino do Tempo Formativo, da Educação Básica, para jovens a partir de 18 (dezoito) anos de idade e, também, para adultos e idosos, e dá outras providências. Diário Oficial – República Federativa do Brasil – Estado da Bahia. Salvador, Sexta-feira, 28 de janeiro de 2022 – Ano CVI – Nº 23.342.

BAHIA. **Lei 8.261 de 29 de maio de 2002**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- -Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Acesso em: 10 de jan. de 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,e%20modalidades%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%AAsica>. Brasília, 2018. Acesso em: 13 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 04 de mar. 2024.

Referências

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1/2021, aprovado em 18 de março de 2021 (2021a) – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=180911-pceb001-21&category_slug=abril-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16 de jan. de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. _____ **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 25ª edição, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo : Moderna : Fundação Santillana, 2014. Disponível em: http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf . Acesso em: 10 de mar. de 2024.

MOURÃO, Helder. **A Pedagogia Tradicional Ontem e Hoje: um olhar sobre a pedagogia tradicional, no seu início e nos dias atuais**. Disponível em: <https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/educacao/a-pedagogia-tradicional-ontem-hoje.htm>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

PRADO, M. E. B. B. **Pedagogia de projetos**. Gestão Escolar e Tecnologias. 2009. Disponível em: http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

SOUSA, José Vieira de. Gestão Democrática: Um caminho para a construção da autonomia na Escola – Parte III. Seção 3: **Gestão Democrática e Construção da autonomia escolar**. Centro de Referência Virtual do Professor. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=31954&tipo=ob&cp=000000&cb= . Acesso em: 13 de jan. de 2024.

SOUZA, João Francisco de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Diálogos metodológicos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos



Professores(as) do NTE 02



Professores(as) do NTE 17



Professores(as) do NTE 25

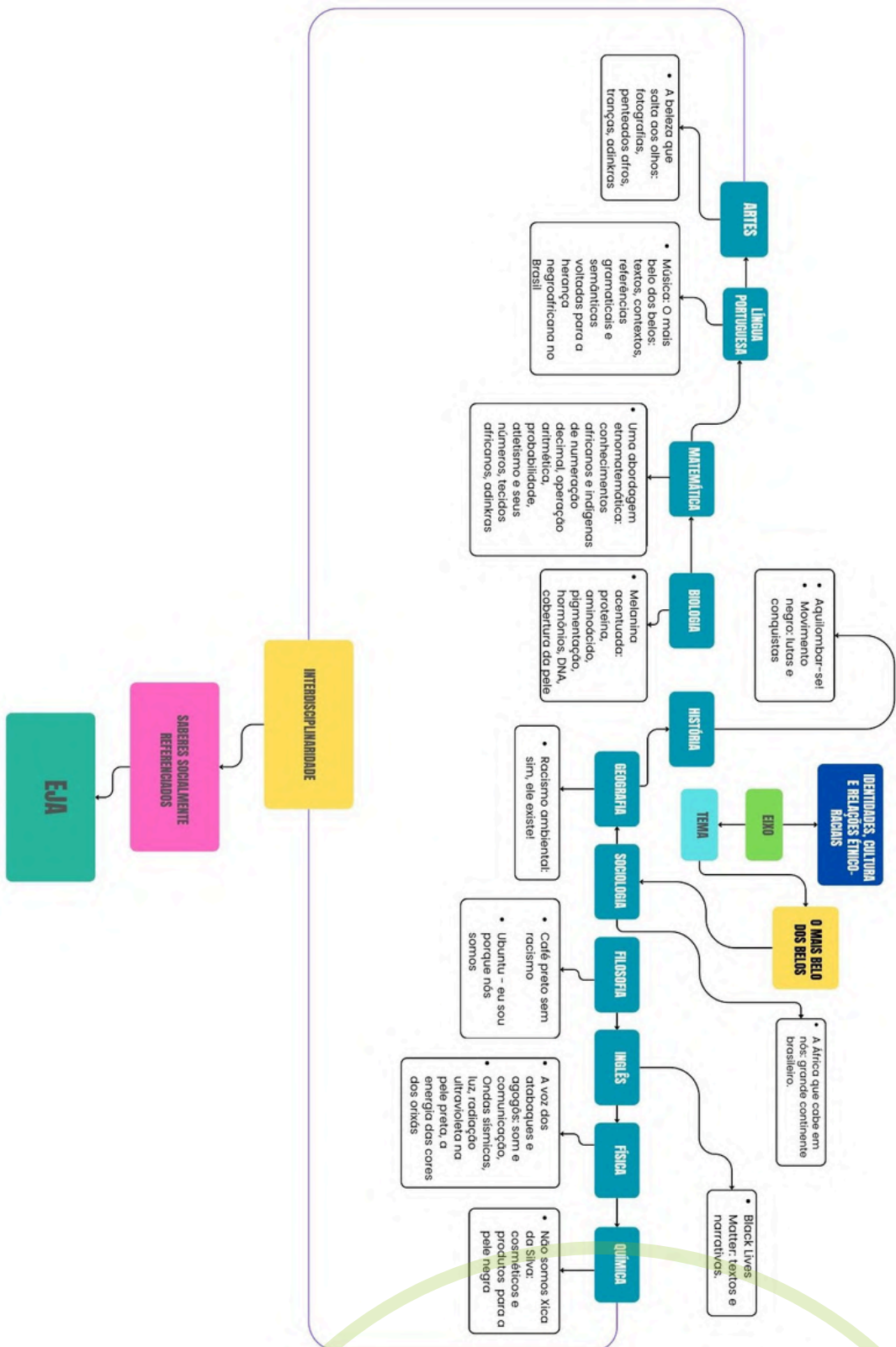


ANEXOS

1. Proposta de Planejamento (Eixo Temático)

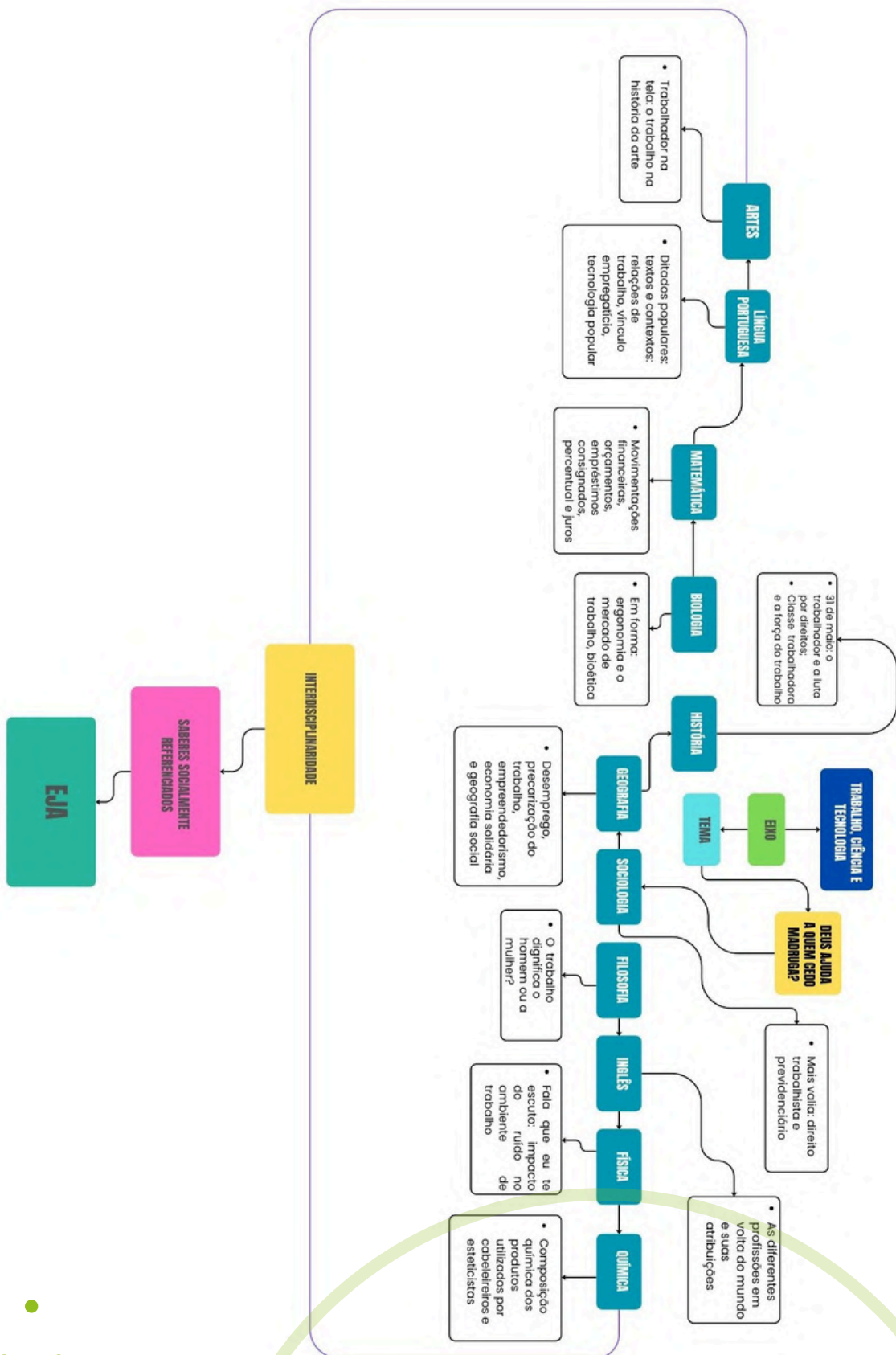
Proposta de Planejamento

Identities, Cultura e Relações Étnico-Raciais



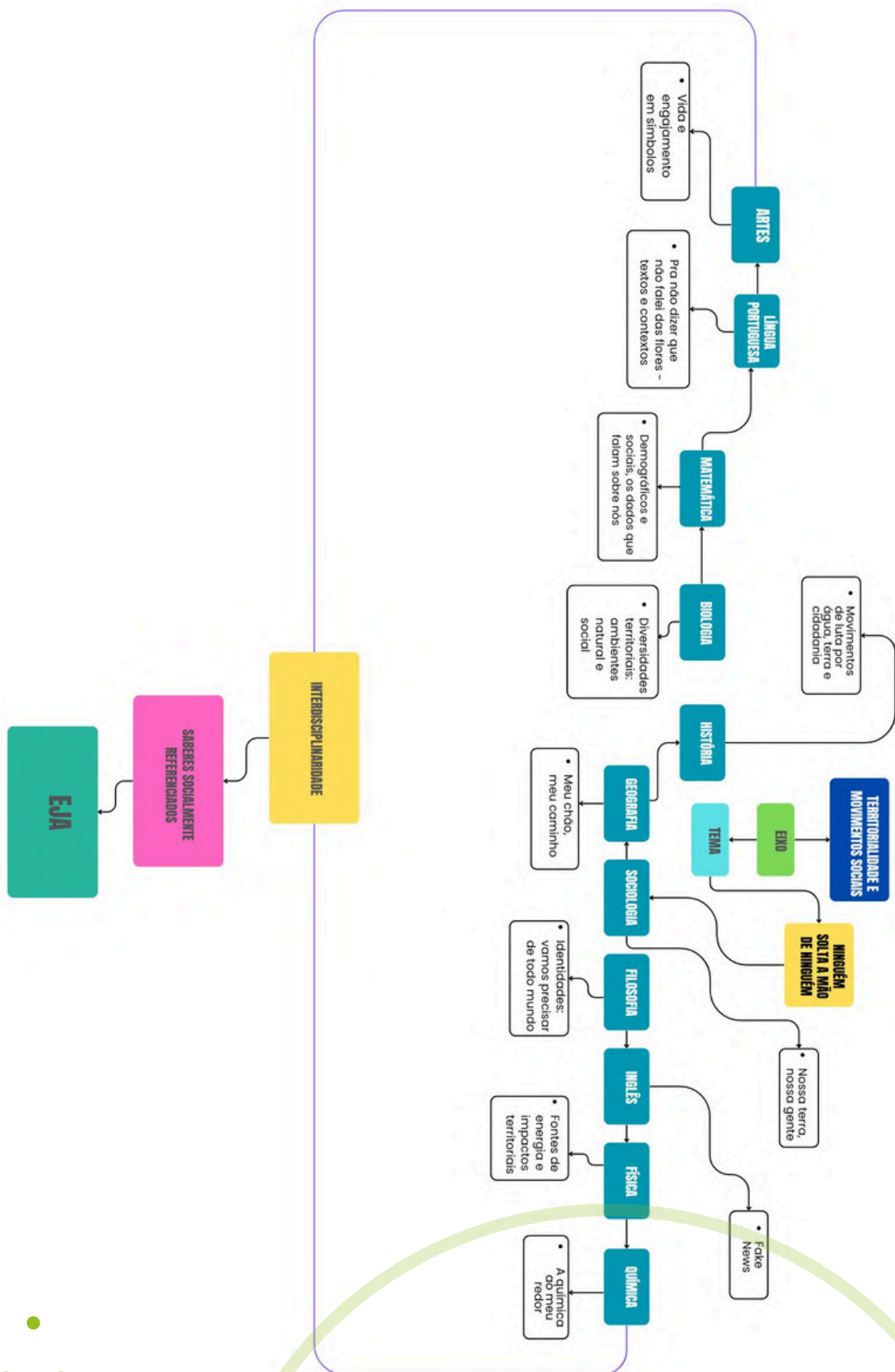
Proposta de Planejamento

Trabalho, Ciência e Tecnologia



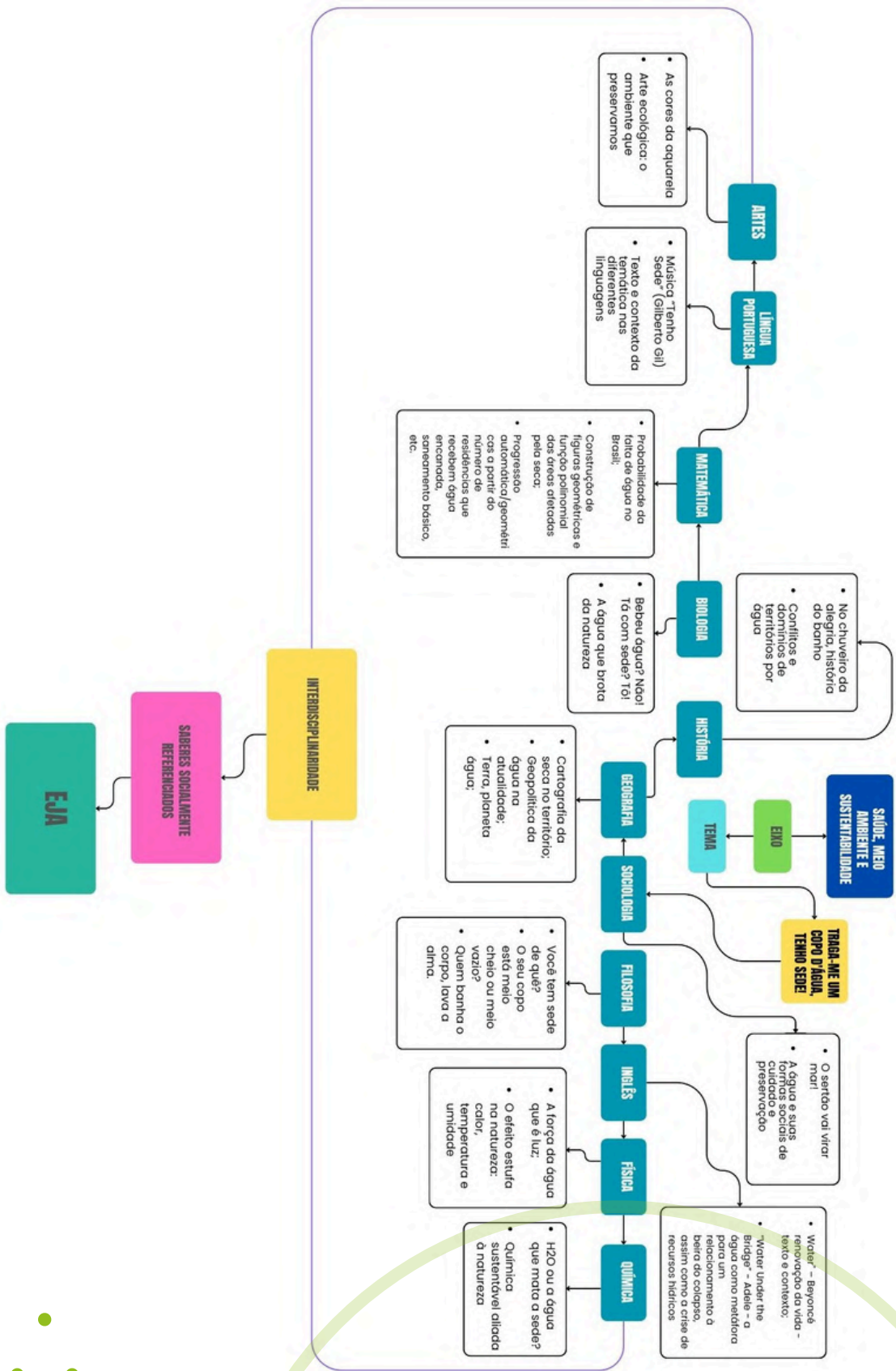
Proposta de Planejamento

Territorialidade e Movimentos Sociais



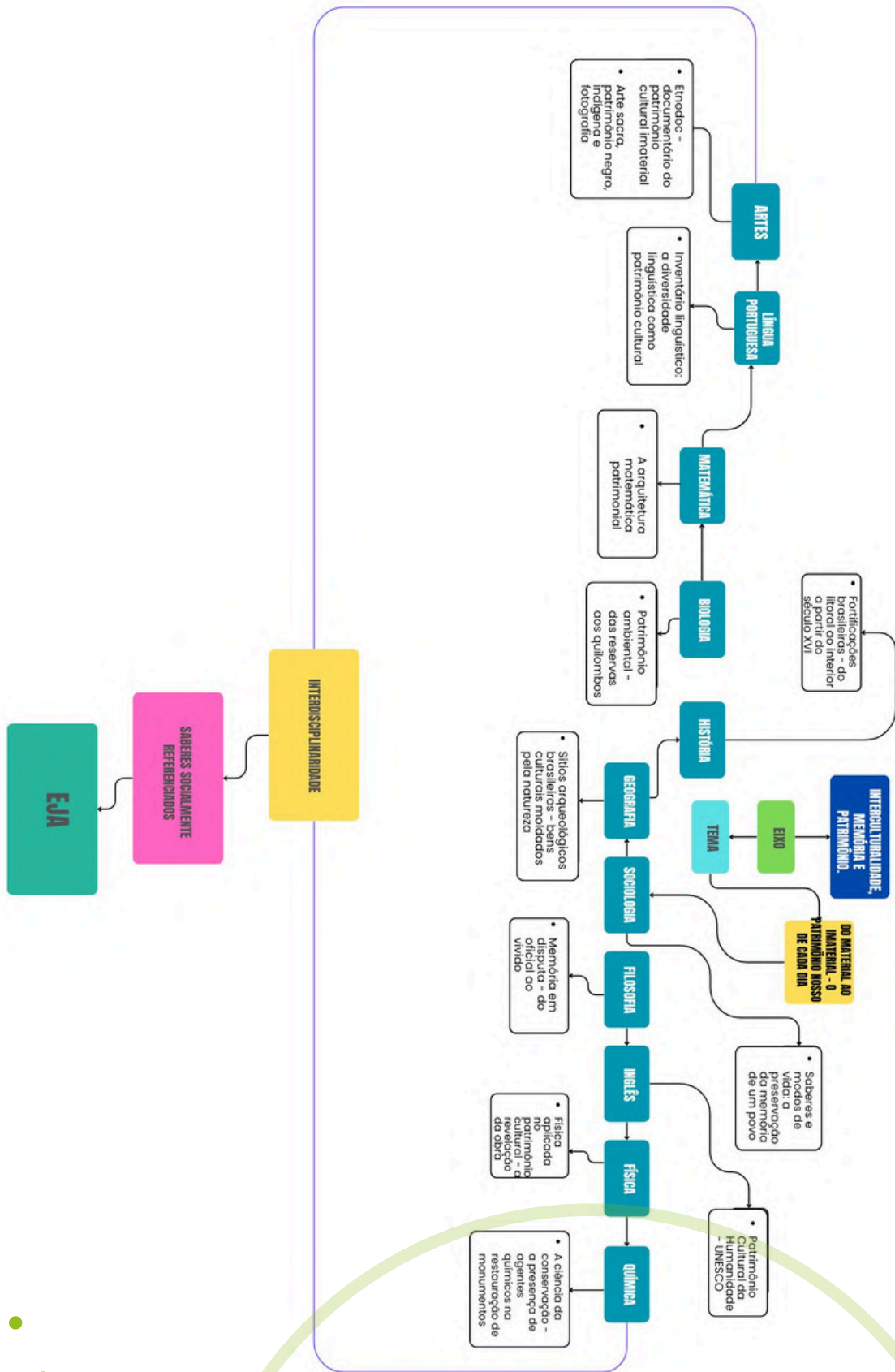
Proposta de Planejamento

Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade



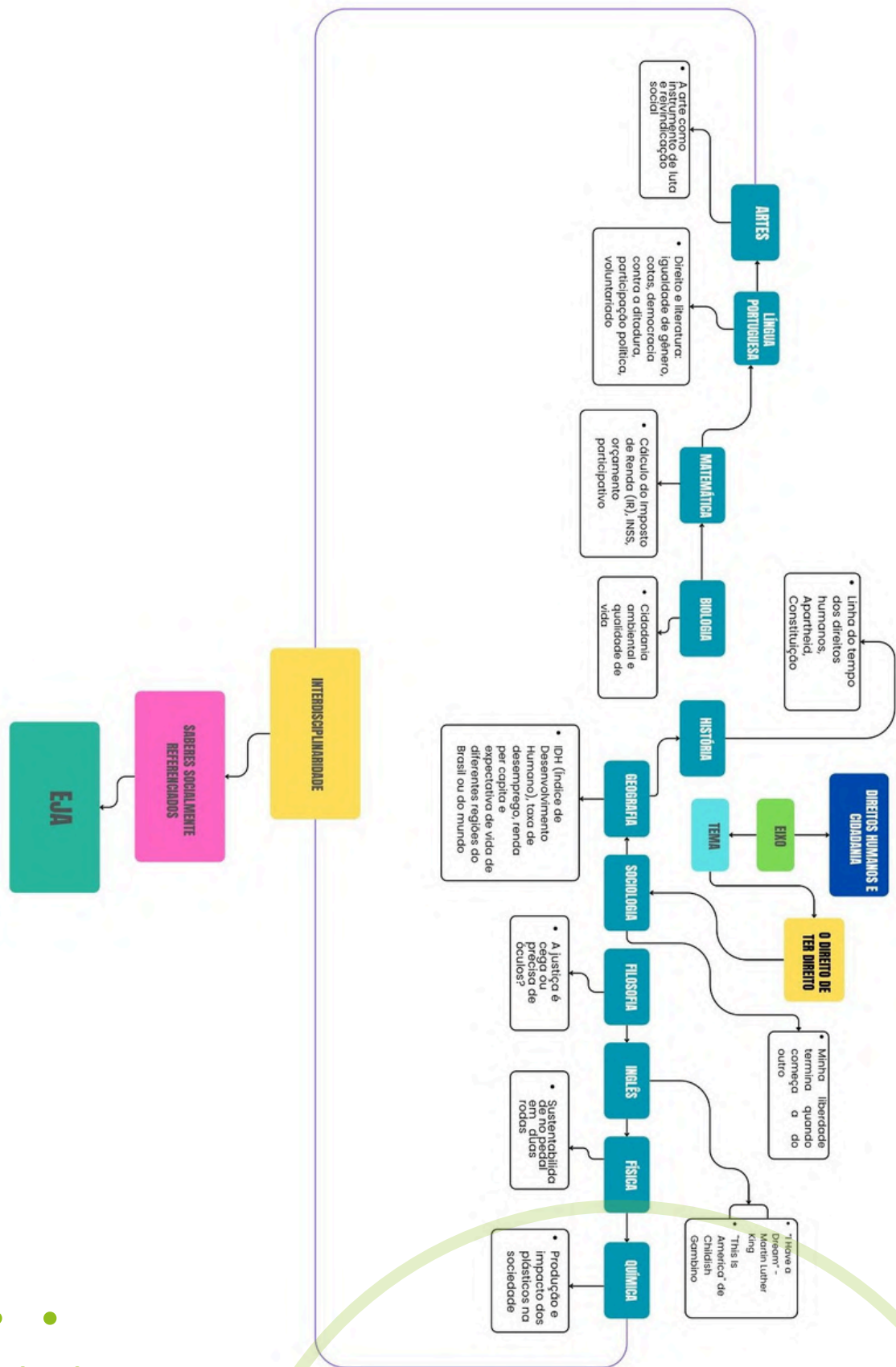
Proposta de Planejamento

Interculturalidade, Memória e Patrimônio



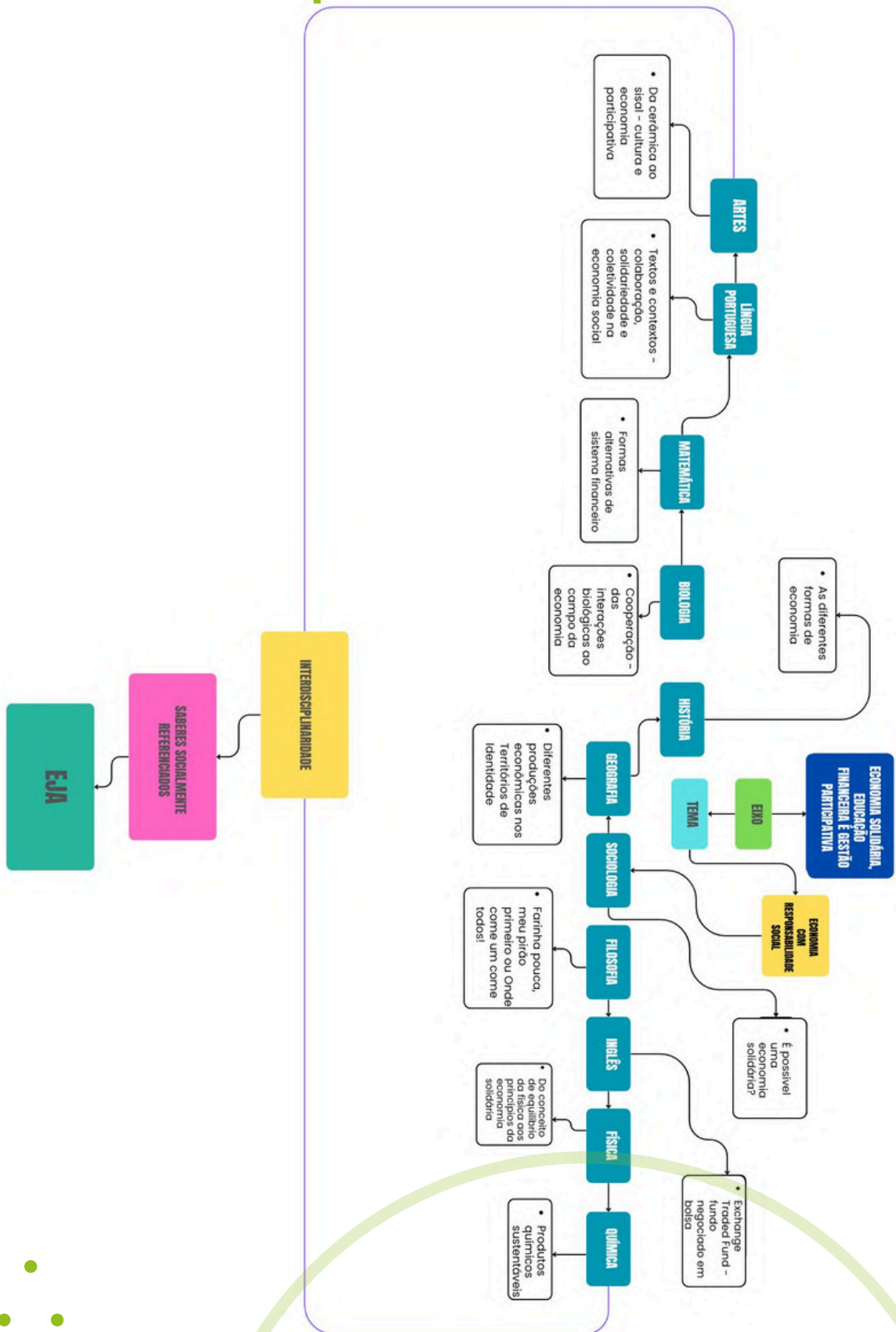
Proposta de Planejamento

Direitos Humanos e Cidadania



Proposta de Planejamento

Economia Solidária, Educação Financeira e Gestão Participativa





em movimento

Educação ao longo da vida

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

GOVERNO
PRESENTE
**FUTURO
PRA GENTE**